



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ
CNPJ: 13.982.624/0001-01
Rua Tibério Fausto, 426- Centro- Pindaí – Bahia
Fone: (77) 3667-2245/2263– CEP: 46.360-000

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2019

CONTRATO N.º 066/2019

O **MUNICÍPIO DE PINDAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ana Angélica, 75, Centro, Pindaí-Bahia, inscrita no CNPJ sob n.º **13.982.624/0001-01**, neste ato representada pelo Exm.º Sr.º **IONALDO AURÉLIO PRATES**, Prefeito Municipal, com endereço residencial à Fazenda Pedra Redonda I, Zona Rural, nesta cidade de Pindaí, portador da cédula de identidade n.10.076.989-69, SSP-BA, CPF/MF N.º 862.941.995-49, doravante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a empresa **JOSÉ BORGES RAMOS-ME**, inscrita no CNPJ n.º **22.680.363/0001-58**, com sede na Praça Manoel Novais, 247 , Centro, Guanambi, Ba, CEP N.º 46430-000, neste ato representada pelo Sr.º **JOSE BORGES RAMOS**, RG. n.º 005.599.921-22 SSP/BA, CPF n.º 919.613.354-68, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, perante as testemunhas abaixo firmadas, resolvem pactuar o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho do **Processo Administrativo n.º 102/2019**, e **Parecer Jurídico**, regendo-se pelo na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que anunciam a seguir e do qual ficam fazendo parte integrante, independente de transcrição, os documentos:

Dispensa de Licitação N.º 013/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica visando aquisição de Câmeras Fotográficas Profissionais, para realização dos trabalhos das secretarias municipais, sob o regime de execução indireta por empreitada do tipo menor preço global.

Item	UF	Descrição	QTD	Preço Unit.	Preço Global
01	UN	Sensor CMOS formato DX de 24.1 megapixels, mecanismo de processamento de imagem EXPEED 3, sem Filtro Ótico Passa-Baixa, captura de vídeo Full HD 1080p, monitor LCD de 3,2" e 1.229 pontos, lente 18-140mm f/3.5-5.6G ED VR DX, 6 qps a até 100 Fotos em Alta Resolução, AF de 51 Pontos com 15 Sensores do Tipo Cruz Flash integrado com função controle, corpo em liga de magnésio; resistente à umidade.	01	R\$ 6.700,00	R\$ 6.700,00

Dispensa de Licitação N.º 013/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ
CNPJ: 13.982.624/0001-01
Rua Tibério Fausto, 426- Centro- Pindaí – Bahia
Fone: (77) 3667-2245/2263– CEP: 46.360-000

02	UN	Sensor CMOS de formato DX de 24,2 MP, Processador de Image EXPEED 4, Sem filtro óptico de passagem baixa, Monitor LCD de 3,2 "1.037k-Dot Vari-Angle, Gravação de vídeo Full HD 1080p a 60 fps Multi-CAM 4800DX 39-Point AF Sensor, Native ISO 12800, Extended to ISO 25600, 5 fps Shooting at Full Resolution, Built-In Wi-Fi e conectividade GPS e Lente DX 18-55mm f/3.5-5.6G VR II	03	R\$ 3.600,00	R\$ 10.800,00
VALOR GLOBAL R\$					R\$ 17.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

O Regime de Execução do presente Contrato é o de menor preço global, conforme cotação de preços apresentada pela CONTRATADA, em obediência à Dispensa de Licitação N.º 013/2019, que este integra, independentemente de transcrição, e a Lei Federal N.º 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações introduzidas pela Lei Federal N.º 8.883/94.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS

3.1.- O presente contrato terá vigência até 31/12/2019, a contar da data de assinatura do contrato, admitida prorrogação nos termos do artigo 57 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

4.1 O valor global da aquisição dos produtos será de **R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)**, resultante da proposta de Preços objeto da **Dispensa de Licitação N.º 013/2019**, no qual a empresa **JOSÉ BORGES RAMOS-ME**, foi a vencedora, conforme a ata de dispensa feita pela comissão.

4.2 - O pagamento efetivar-se-á, a cada quantidade solicitada, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da expedição da nota fiscal e da comprovação do recebimento do produto, de acordo com as especificações.

CLÁUSULA QUINTA - ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do fornecimento dos produtos contratados com base na **Dispensa de Licitação N.º 013/2019** correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente, a saber:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
	02.06.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E AÇÃO SOCIAL
	02.07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ
CNPJ: 13.982.624/0001-01
Rua Tibério Fausto, 426- Centro- Pindaí – Bahia
Fone: (77) 3667-2245/2263– CEP: 46.360-000

PROJETO / ATIVIDADE	1016 – EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
	2086 – OUTROS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
	2293 – PROGRAMA DO CRAS
	1059 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS
ELEMENTO DE DESPESA	44.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES.

6.1 - DA CONTRATADA:

6.1.1 - A CONTRATADA deverá fornecer os produtos dentro do prazo estabelecido, conforme cláusula terceira deste contrato.

6.1.2 - A CONTRATADA será legal e financeiramente responsável por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste Contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros fins.

6.1.3 - A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa negligência, imperícia ou imprudência na execução do objeto deste contrato, diretamente, por seus prepostos e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE ou por seus prepostos;

6.1.4 – Reconhecer os direitos da administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93;

6.1.5 – A contratada se compromete a fornecer os produtos com qualidade, dentro do prazo especificado a partir da solicitação do setor competente.

6.1.6 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Dispensa de Licitação.

6.1.7 – A CONTRATADA obriga-se a permitir que os prepostos do CONTRATANTE, especialmente designados, acompanhem todas as etapas de execução dos objetos contratados, para os fins previstos neste contrato.

6.2 DA CONTRATANTE:

6.2.1 - Pagar conforme estabelecido na cláusula quarta, as obrigações financeiras decorrentes do presente contrato na integralidade dos seus termos;

6.2.2 – Fiscalizar e conferir os produtos recebidos da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – ISENÇÃO DE PENALIDADE

Dispensa de Licitação N.º 013/2019



7.1 - Considerando que os pagamentos serão efetuados após os fornecimentos, não havendo assim nenhum risco futuro para o Município, contudo fica estipulada multa de 30% (trinta por cento) incidindo sobre violação das cláusulas deste contrato, inclusive no caso de vício na qualidade dos produtos fornecidos.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

8.1 A CONTRATANTE poderá rescindir, unilateralmente, este contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sempre que ocorrer por parte da CONTRATADA:

8.1.1 O não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

8.1.2 A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade do fornecimento do produto, nos prazos e condições estipulados;

8.1.3 O atraso injustificado no fornecimento do produtos;

8.1.4 - A paralisação no fornecimento do produtos, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

8.1.5 - A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

8.1.6 - O não atendimento das determinações regulares da fiscalização da CONTRATANTE, bem como dos seus superiores;

8.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67, da Lei número 8666/93, de 21/06/93;

8.1.8 - A decretação de falência, recuperação judicial e extrajudicial da CONTRATADA;

8.1.8.1 - No caso de recuperação, é facultado à CONTRATANTE manter o contrato com a CONTRATADA, assumindo ou não o controle das atividades que julgar necessárias, a seu exclusivo juízo, de forma a permitir a conclusão da entrega dos produtos sem prejuízo à Administração;

8.1.9 - A dissolução da CONTRATADA;

8.1.10 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;

8.1.11 - Ocorrendo a rescisão nos termos do subitem 8.1 acima citado, acarretará para a CONTRATADA, as consequências contidas no artigo 80 da Lei Nº 8666/93 de 21/06/93, sem prejuízo de outras sanções previstas na citada Lei.

8.2 - A rescisão contratual poderá também ocorrer das seguintes formas:



8.2.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos acima enumerados nos itens de 8.1.1 a 8.1.11, ou outros contidos na Lei Nº. 8666/93 de 21/06/93;

8.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes CONTRATANTES, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

8.2.2.1 - A rescisão amigável ou administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE;

8.2.2.2 - Quando a rescisão ocorrer, sem culpa da CONTRATADA será ressarcido a esta os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo de desmobilização;

8.2.3 - Judicial, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO FORNECIMENTO

9.1 Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento do fornecimento dos produtos. A contratante exercerá a supervisão, acompanhamento e fiscalização no fornecimento do produto, devendo a Contratada promover os meios necessários para o livre acesso da equipe de fiscalização indicada pela Contratante.

9.2 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da contratada.

9.3 As exigências e a atuação da fiscalização pelo órgão ou entidade contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

9.4 O recebimento se dará em caráter provisório, inicialmente, pela Comissão ou servidor encarregado para este fim, até a verificação da execução do fornecimento com as especificações no prazo de até 03 (três) dias úteis, quando será emitido o termo de recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10. 1 - Serão de propriedade exclusiva da CONTRATANTE os relatórios, planilhas de produtos e quaisquer outros documentos elaborados pela CONTRATADA, referentes ao objeto executado por ela;

10.2 - A CONTRATANTE reserva-se ao direito de suspender temporariamente a execução deste contrato quando necessário por conveniência dos serviços ou da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAÍ
CNPJ: 13.982.624/0001-01
Rua Tibério Fausto, 426- Centro- Pindaí – Bahia
Fone: (77) 3667-2245/2263– CEP: 46.360-000

10.3 - Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, os editais seus anexos e a proposta de preços da CONTRATADA;

10.4 – Não será permitido a CONTRATADA sub-empregar de forma parcial ou total, ou ainda, subrogar este contrato;

10.5 – Este contrato é regido pela Lei nº. 8.666/93, a fim de dirimir alguma dúvida em casos omissos.

CLAUSULA DÉCIMO PRIMEIRO – FORO

11.1 - As partes signatárias deste contrato elegem o Foro da Comarca de Guanambi, Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em 02(duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Pindaí (BA), 10 de abril de 2019

IONALDO AURÉLIO PRATES
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

JOSÉ BORGES RAMOS
JOSÉ BORGES RAMOS-ME

CNPJ nº: 22.680.363/0001-58
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.
CPF Nº. 00506736539

2.
CPF Nº. 02047116522